

Orçamento começa a

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, segunda-feira, 5 de dezembro de 1988

7

ser votado sem acordo

A votação do Orçamento Geral da União, hoje, na Comissão Mista de Orçamento e Finanças do Congresso Nacional, vai começar em clima de confronto. Parlamentares da Comissão e o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não chegaram ontem a um acordo em torno da rolagem das dívidas externas dos Estados e municípios avaliadas pelo Tesouro. A Seplan só concorda em reduzir o volume da dívida a ser paga, de Cz\$ 550 bilhões, para Cz\$ 400 bilhões.

Por volta das 14h, o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho, chegou a anunciar que o Governo admitira reduzir o volume a ser pago de Cz\$ 550 bilhões para Cz\$ 220 bilhões, mas, à noite, o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) disse que essa proposta era apenas uma idéia sua e que a Seplan não concordava com o esquema. A proposta de Cz\$ 220 bilhões foi discutida na primeira reunião do dia entre parlamentares defensores da posição dos Estados e aqueles ligados ao Governo.

Quando se esperava que o consenso estava próximo, uma vez que a ala ligada ao relator Al-

mir Gabriel admitira elevar o volume a ser pago de Cz\$ 70 bilhões para Cz\$ 150 bilhões, Eraldo Tinoco chegou para a negociação da noite anunciando os limites impostos pela área econômica. Das 20h30 até 22h, os parlamentares ainda tentaram aproximar as duas posições, mas o frágil consenso já estava irremediavelmente comprometido.

ATRASSO

Agora a votação do orçamento vai ter de se dar ponto por ponto, já que o desacordo em relação à rolagem das dívidas vai impedir acertos em torno dos destaques à proposta do relator Almir Gabriel. "Poderemos ter dificuldade na apreciação dos destaques e eventualmente poderemos estender os trabalhos de votação até o dia 30 de dezembro próximo", previu o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho.

A esperança de Carvalho é que os parlamentares e o Governo ainda consigam se entender até a apreciação da rolagem das dívidas, o último item do orça-

mento a ser apreciado. "Em dois dias pode surgir um consenso", disse o presidente da Comissão. Ele acha que a presença de governadores e secretários estaduais de finanças, a partir de hoje, em Brasília, poderá contribuir para se chegar a uma solução.

PROPOSTA

De acordo com o deputado Eraldo Tinoco que esteve no Congresso acompanhado dos deputados Arnaldo Prieto (PFL-RS) e Paes Landim (PFL-PI), o ministro do Planejamento só concorda em rolar as dívidas no mesmo esquema que acertado pelo Brasil com os bancos credores internacionais. Abreu argumentou também que a rolagem de 75 por cento dos débitos é um compromisso assumido diante de trabalhadores e empresários nas negociações do Pacto Social. Os três parlamentares não souberam como seria feito o detalhamento do pagamento da dívida vencida e a vencer, observando que esse aspecto seria discutido pela Comissão de Orçamento.